Delcídio do Amaral

Discurso de inocência de Lula é como o criado por Goebbels na Alemanha

Para ex-senador denunciado na Lava Jato, petista usou estratégia nazista de 'contar uma mentira várias vezes até ela virar verdade'

ENTREVISTA

Joelmir Tavares

SÃO PAULO Derrubado pela Lava Jato, o ex-senador Delcídio do Amaral, 64, diz que a operação deixa um legado positivo, sobre a necessidade de boas práticas em estatais e no setor privado, mas falhou ao sufocar financeiramente as empresas investigadas.

"A gente não pode dizer que a Lava Jato foi comandada por heróis, por deuses. O Brasil não precisa de heróis, e Deus só tem um", afirmou à **Folha**.

Outrora um dos principais líderes do PT, ele criticou o partido e o ex-presidente Lula, solto em Curitiba na sexta-feira (8) depois da decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que barrou a permanência na prisão de condenados em segunda instância.

Delcídio comparou o discurso de inocência de Lula à tática atribuída a Joseph Goebbels, que foi ministro da propaganda de Adolf Hitler.

"Ele montou esse discurso. É a história do Goebbels na Alemanha nazista, de contar uma mentira várias vezes e ela acabar virando verdade."

Senador por Mato Grosso do Sul de 2003 a 2016, Delcídio parou atrás das grades em 2015 (foi o primeiro senador a ser preso no exercício do mandato) sob a acusação de tentar atrapalhar as investigações da Lava Jato.

Acabou absolvido pela Justiça Federal em Brasília no ano passado e agora, filiado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), é cotado para disputar a Prefeitura de Campo Grande em 2020 —plano sobre o qual ele desconversa.

Ele dependeria de aval judicial para concorrer, já que teve os direitos políticos cassados quando perdeu o mandato de senador, em maio de 2016. O fato é explorado por adversários locais, mas Delcídio diz que reúne todas as condições para se candidatar, porque foi absolvido.

*

O presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, quer que o sr. dispute a Prefeitura de Campo Grande em 2020. É seu plano? Evidente que ser candidato a prefeito é uma honra. Mas o momento agora é de organização do partido, de agir na base do low profile, fazer a coisa com tranquilidade.

Delcídio do Amaral em sua casa em Campo Grande (MS) Chico Ribeiro/Folhapress

Delcídio do Amaral, 64

Nascido em Corumbá (MS), é formado em engenharia elétrica e trabalhou em empresas do setor de energia antes de entrar para a política. Foi ministro de Minas e Energia (governo Itamar) e se elegeu senador pelo PT em 2002. Foi o primeiro senador a ser preso no exercício do mandato, em 2015, sob a acusação de obstruir investigações da Operação Lava Jato. No ano seguinte, teve o mandato cassado. Deixou o PT e hoje é filiado ao PTB. Atua como consultor na área de energia e administra a fazenda da família em sua cidade natal

O sr. cogita voltar à política justamente num momento em que o eleitor, de forma geral, rechaça políticos tradicionais e apresenta um forte sentimento anticorrupção. Esses fatores seriam impeditivos? Nunca fui da velha política. Sempre fui um político diferente. Não tenho família de políticos, trabalhei na iniciativa privada, nunca estive envolvido com corrupção, com desvio de dinheiro, com nada. O meu processo [na Lava Jato] foi por obstrução de Justiça. Fui inocentado e as provas, anuladas.

Mas os eleitores têm essa percepção? É comum que a acusação tenha para a opinião pública o peso de condenação. Muitas pessoas não sabem. Eu sou diferente de várias pessoas que se envolveram nesses crimes que a Operação Lava Jato desvendou.

Adversários colocam em dúvida sua candidatura, por impedimentos jurídicos, e desde já buscam descredenciá-lo. Como o sr. lida com isso? Quando começam esses ataques, é sinal de que eu estou dando trabalho mesmo sem falar nada que sou candidato. No estado, as pessoas já entendem o que aconteceu comigo, que eu fui injustiçado, fui vítima. Elas sabem o que eu fiz pelo estado.

O sr. se considera injustiçado por que ou por quem? Por um processo no qual eu fui preso por supostamente obstruir a Justiça, com base em uma gravação ilegal, em um flagrante forjado. Nem tive chance de me defender, de me explicar. Foi um atropelo, uma execução sumária, um fuzilamento.

Como o sr. conecta o seu caso a este momento em que a Lava Jato é amplamente questionada, com acusações de abusos e excessos? Meu processo foi basicamente conduzido pela Procuradoria-Geral da República, e o mentor intelectual do meu caso se chama Marcello Miller, [ex-procurador] que era braço direito do então procurador-geral Rodrigo Janot. O flagrante forjado foi ele que estruturou.

Como o meu caso foi "exitoso", entre aspas, eles repetiram isso. E aí o grand finale foi a gravação do ex-presidente Michel Temer. A condução adotada pela então PGR estava eivada de vícios.

Numa operação desse tamanho, há problemas. Ninguém tira o mérito da Lava Jato, mas, que foram cometidos equívocos, foram. As mensagens [obtidas pelo The Intercept Brasil] demonstram isso.

E qual é o mérito, o legado da Lava Jato? Ela introduziu premissas para nomear gestores públicos nas estatais e evidenciou a necessidade de compliance nas empresas.

Uma diferença, por exemplo, é que na CPI dos Correios, que eu presidi, tínhamos a preocupação de não prejudicar o andamento da economia. Tanto é que havia uma crise política, mas não econômica. A Lava Jato trouxe as duas crises. É gravíssimo. Tem que preservar as empresas e os empregos.

O então procurador-geral da República Rodrigo Janot se referiu ao sr. nos autos como "agente criminoso". Como o sr. responde à afirmação? Quem respondeu foi a própria Justiça, de forma isenta, rigorosa, incontestável. O Janot... Você viu o que ele fez recentemente, né?

A revelação de que ele planejou matar o ministro Gilmar Mendes e entrou no STF armado. Essa atitude demonstra uma vulnerabilidade preocupante de quem comandou a PGR, de alguém que tinha uma responsabilidade tão grande.

Na CPI dos Correios o sr. investigou Roberto Jefferson, que hoje é seu aliado político, presidente do seu partido. Isso cria algum constrangimento? Indica alguma contradição no seu modo de agir? Olha, eu acho que o Roberto Jefferson prestou um serviço extraordinário para o país, ao assumir o que ele assumiu, ao relatar os acordos, a composição montada no governo Lula. Temos uma relação respeitosa.

Agora distante do PT, como o sr. avalia o momento do partido? Considera possível que a sigla volte ao poder em um futuro próximo? Mesmo com toda a crise, o PT tem a maior bancada na Câmara hoje. Agora, o PT tem que fazer um mea-culpa. Não é feio fazer mea-culpa. Na vida a gente erra, rapaz. Tem que ter humildade para reconhecer onde errou, para avançar.

Qual o papel do ex-presidente Lula nisso? Bom, um outro equívoco é ter um partido onde um personagem é maior que a instituição. Se o PT não misturasse personagem e instituição, já teria superado essa crise. Com a influência do ex-presidente, o PT ficou aprisionado com o Lula durante todo esse tempo lá na Polícia Federal em Curitiba.

Como o sr. vê a tese do PT e de Lula de ser um preso político e ser inocente? Na verdade, ele montou esse discurso. É a história do Goebbels na Alemanha nazista [Joseph Goebbels foi ministro da propaganda de Hitler], de contar uma mentira várias vezes e ela acabar virando verdade. Para uma parte das pessoas, né? Essa tese, de tanto eles baterem nisso e à luz das mensagens do Intercept, de certa maneira ganhou força.

Então o sr. considera que há um fundo de verdade nessa tese de perseguição, que ela é parcialmente verdadeira? Podem ter ocorrido equívocos no processo judicial, mas a essência é verdadeira. Até porque muitas pessoas confirmaram isso, documentalmente.

Com a libertação dele, o cenário político muda profundamente? Ou a força política dele diminuiu? Acho que a força que o Lula tinha não vai se repetir, apesar de ser um líder político importante.

O sr. viu casuísmo na decisão do STF sobre segunda instância? De forma nenhuma. A corte resgatou o entendimento da Constituição. A mensagem implícita do STF é que os fins não podem justificar os meios. Os fins só terão êxito se os meios forem corretos.

Durante esse processo [da Lava Jato], muitos tópicos relativos à Constituição e à legislação foram reinterpretados. O STF traz definitivamente o garantismo, importante para as instituições se consolidarem.

O sr. disse à Folha no mês passado que o governo Bolsonaro tinha altos e baixos. Essa ainda é sua avaliação? É muita espuma para pouco chope, sabe? Nós estamos perdendo energia com coisas menores, quando o Brasil necessita urgentemente debater temas relevantes para a sua economia e o futuro das pessoas. Torço para dar certo, mas sou contra os ruídos, que são desnecessários, que esgarçam as relações entre os Poderes.

O sr. passou 87 dias preso, entre o fim de 2015 e o início de 2016. Que memórias ficaram desse período? Ninguém esquece isso, né? Nesse período eu refleti sobre minha vida, estudei o meu processo, orei. E foi um período de muita leitura. Naquela rotina, você tem que ocupar a cabeça, senão enlouquece.

Políticos de esquerda e direita veem polarização ampliada

Carolina Linhares

SÃO PAULO A soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva provocará um acirramento da polarização e maior mobilização social tanto à esquerda como à direita, avaliam políticos de diversos partidos.

Enquanto o PT vê a liberdade de Lula como a consolidação de um momento de virada, com a onda da direita perdendo força e uma possibilidade de retomada do governo federal em 2022, os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PSL) defendem foco na aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que possa levar o petista logo novamente à cadeia.

Na quinta (7), o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou, por 6 votos a 5, a execução de prisão antes de esgotados os recursos em tribunais superiores, o que possibilitou a soltura de Lula na sexta (8).

Como resposta, adversários da esquerda no Congresso trabalham para acelerar a tramitação de PECs que retornem a possibilidade de execução da pena após a condenação em segunda instância.

A oposição a Lula e o resgate da pauta anticorrupção unem as duas alas do PSL em guerra declarada desde o mês passado —a ligada à família Bolsonaro e a ligada ao presidente nacional da sigla, Luciano Bivar.

Embora defenda que a radicalização entre PT e Bolsonaro não ofusque a agenda econômica do governo, o deputado Júnior Bozzella (PSL-SP) diz que a defesa da Lava Jato e da Lava Toga são as questões que sustentarão "até o último minuto". "Cabe ao Congresso legislar para restabelecer a ordem. O clamor da sociedade é por isso, não pode ser esquecido e nem colocado debaixo do tapete", afirma.

"A gente errou em não colocar o pacote anticrime, do ministro Sergio Moro, como prioridade no início do mandato", avalia o deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PSL-SP).

O deputado, contudo, vê um ponto positivo na soltura de Lula —o aumento do apoio a Bolsonaro. "A população está com medo de um ataque do Foro de São Paulo. Então temos uma união popular mais forte do que a anterior, contrária ao STF, ao PT e a Lula", diz.

Com Lula solto, a expectativa dos bolsonaristas é voltar a aglutinar o apoio que teve na eleição do ano passado.

"Vamos ter legitimidade para agir de forma mais dura", afirma Luiz Philippe.

Já os partidos de esquerda veem, com Lula solto, mais espaço para mobilização popular contra o governo.

"A hipótese do 'Fora, Bolsonaro' se amplia. Fica claro que Lula estava injustiçado, que houve um golpe eleitoral. Não é mais uma narrativa do PT. É uma prova de que se feriu a Constituição, de que ele foi preso para não ser candidato [em 2018]", afirma Rogério Correia (PT-MG).

Outros partidos de esquerda endossam a visão de que a soltura de Lula repara a injustiça de uma prisão que consideram ilegal e que, de uma forma ou de outra, ele organizará e liderará a oposição a Bolsonaro. "Solto, ele vai fazer campanha. Vai entrar nessa organização de enfrentamento a Bolsonaro. Esperamos que essa frente ampla de enfrentamento tenha o maior número de partidos", diz o deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

"Lula podendo viajar vai se contrapor muito bem. Vai levar o debate à sociedade, esclarecer a sociedade, formar base popular", diz Carlos Lupi, presidente do PDT. Ele deixa claro, porém, que se associa ao PT na oposição a Bolsonaro, mas que seu partido tem um projeto de país paralelo.

Grupo Unico PDF Acesse: @jornaiserevistas By "@A_MadMax @Lucachaque"